

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 6/2023, em que são recorrentes **Rafael Neumann Benoliel de Carvalho & Outros**, e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 144/2023

(Autos de Amparo 6/2023, Rafael Neumann Benoliel de Carvalho & Outros v. STJ, Admissibilidade restrita às condutas atribuídas a STJ de, através do Acórdão 69/2022, de 20 de dezembro, ter considerado que “as sucessivas transmissões dos prédios em litígio não tiveram o poder de retirá-los do domínio do Estado”, mesmo estando esses imóveis inscritos no registo predial, organização estabelecida e totalmente controlada pelo Estado, e sancionado a interpretação dada em primeira instância de que a norma do art.º 48º do Decreto n.º 47 486, de 6 de janeiro de 1967 tem natureza interpretativa e a sua eficácia se reporta ao Alvará de 18 de setembro de 1811, conduzindo ao cancelamento de todos os registos em nome dos recorrentes)

I. Relatório

1. Rafael Neumann Benoliel de Carvalho, Edith Neuman Benoliel de Carvalho, António Miguel Smith Neuman Benoliel de Carvalho e mulher Isabel Maria Godinho Gorjão Henrique Neuman Benoliel de Carvalho, Arlete Benoliel de Carvalho Tavares Ribeiro, Simy Hedwih Neuman Benoliel de Carvalho Levrat e marido Charly André Levrat, Ricardo Neuman Benoliel de Carvalho e esposa Marta de Araújo Moreira Braga Benoliel de Carvalho, interpõem recurso de amparo contra o *Acórdão STJ 69/2022, de 20 de dezembro de 2022*, apresentando extensa argumentação, a qual, afastando-se de uma exposição resumida das razões que fundamentam a petição, será sumariada da seguinte forma:

1.1. Em relação aos pressupostos e requisitos de admissibilidade,

1.1.1. Consideram que o recurso seria tempestivo;

1.1.2. E cumpriria os requisitos processuais;

1.1.3. Identificam a entidade recorrida.

1.2. No respeitante às razões de facto e de direito,

1.2.1. Apresentam a cronologia dos acontecimentos que julgam relevantes, até ao momento em que recorreram da decisão do Tribunal da Comarca da Boa Vista para o Egrégio Supremo Tribunal de Justiça;

1.2.2. E integram considerações sobre as razões invocadas por esses dois órgãos judiciais para não darem provimento às suas pretensões;

1.3. Arrazoam sobre os direitos, liberdades e garantias de sua titularidade que teriam sido violados,

1.3.1. Discutindo o modo como a decisão recorrida terá violado o direito à propriedade privada e o que seriam alguns dos seus corolários; o direito ao trabalho, o princípio da igualdade, o direito de herança, entre outros;

1.3.2. Nomeadamente porque terá havido a desconsideração de diplomas importantes, os quais não teriam sido aplicados pelo órgão judicial recorrido.

1.4. Destacaram como factos conclusivos que:

1.4.1. O Supremo Tribunal de Justiça julgou improcedente o recurso interposto pelos recorrentes e em função disso terá alegadamente violado os seus direitos fundamentais à herança, à propriedade privada e a não serem privados dos seus bens a não ser mediante um processo justo e equitativo e mediante justa indemnização;

1.4.2. Os recorrentes reclamam o direito de propriedade privada sobre vários imóveis herdados do falecido pai;

1.4.3. Esses imóveis encontrar-se-iam descritos no registo predial e na matriz, conforme prova reconhecida por sentença judicial proferida quer pelo Tribunal da Comarca da Boa Vista, quer pelo Supremo Tribunal de Justiça (Acórdão nº 69/2022);

1.4.4. Na sua perspectiva, tais imóveis estão no comércio jurídico, pelo menos, desde 1902, na data em que Miguel António de Carvalho e António Miguel de Carvalho preencheram a sua quota na Fábrica de Cerâmica da Boa Vista, com a entrega dos referidos imóveis;

1.4.5. Estão descritos nas conservatórias de registo predial, pelo menos, desde 1924, data em que José Antunes de Oliveira preencheu a sua quota social na empresa de Cerâmica da Boa Vista, mediante entrega dos referidos imóveis, procedendo essa empresa ao registo dos mesmos em seu nome;

1.4.6. O que os leva a concluir que, “[c]om o beneplácito do Estado relativamente a esses imóveis foram praticados atos jurídicos os mais variados, até que em 1971 o então proprietário dos referidos imóveis, Clementino Benoliel de Carvalho, conforme descrição constante do registo predial vendeu os mesmos imóveis ao pai dos ora recorrentes que os adquiriu por escritura pública, a título oneroso, pagando, portanto, o correspondente preço”;

1.4.7. Tendo o Senhor Clementino Benoliel de Carvalho se apresentado perante o registo predial como sendo o verdadeiro proprietário dos imóveis, ficou assegurado ao pai dos ora recorrentes que a transação que efetuava se encontrava garantida com a fiabilidade do registo predial;

1.4.8. Por isso, com o falecimento do pai dos recorrentes, os referidos imóveis transitaram para a esfera jurídica destes, por força do seu direito à herança, garantido pela Constituição e demais leis da República.

1.4.9. Até pelo menos 2010 o Estado nunca tinha posto em causa o direito de propriedade dos recorrentes;

1.4.10. Tendo mesmo negociado com eles, proposto parcerias, validado vendas, aprovado projetos, cobrado impostos sobre os referidos imóveis e projetos apresentados e declarado tais imóveis aptos para efeitos de expropriação por utilidade pública, reconhecendo, dessa forma, que os mesmos não pertenciam ao Estado;

1.4.11. Porém, o Estado viria a mudar a sua posição em relação à titularidade dos referidos imóveis e, desrespeitando as regras do trato sucessivo, inscreveu-os em seu nome no registo predial e transferiu-os posteriormente para a Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas de Boa Vista e Maio que passou a comercializá-los.

1.5. O percurso judicial é apresentado da seguinte forma:

1.5.1. Perante o que entenderam ser uma violação do seu direito à herança e, consequentemente, do seu direito à propriedade privada, intentaram ação junto ao Tribunal de Comarca da Boa Vista (TCBV);

1.5.2. No entanto, o TCBV não deu provimento à pretensão dos recorrentes e ordenou o cancelamento de todos os registos em seu nome, com o fundamento de que:

1.5.3. Quem invoca um direito de propriedade sobre imóveis contra o Estado deve demonstrar como o imóvel foi adquirido do Estado por parte do primeiro adquirente. Do contrário, todas as demais transmissões são inválidas, por serem a *non domino*, porquanto os imóveis seriam originariamente do Estado ultramarino e, posteriormente, do Estado de Cabo Verde por força da Independência Nacional;

1.5.4. A norma interpretativa constante do art.º 48º do ROCT produz efeitos com referência ao Alvará de 18 de setembro de 1811, pelo que atingiria todos os atos jurídicos praticados relativamente a terrenos do Estado até essa data;

1.5.5. As regras da aquisição tabular estabelecidas no art.º 291º do Código Civil são inaplicáveis a terrenos do Estado;

1.5.6. Não se conformando com a sentença do TCBV, apelaram para o STJ que, no entanto, confirmou integralmente a decisão da instância, mantendo os mesmos argumentos adotados pelo órgão judicial comarcão;

1.6. Entendem, por isso, que o Acórdão do STJ violou vários dos seus direitos, liberdades e garantias, reconhecidos nas leis fundamentais anteriores e na atual Constituição da República,

1.6.1. Nomeadamente, nos seus artigos 69º, 70º, nº 3, e 91º, nº 2, al. g) que reconheceria a todos o direito de propriedade e o direito à herança;

1.6.2. E que esse mesmo acórdão terá ainda violado os princípios da confiança, da fé pública e da segurança jurídica que seriam garantes do funcionamento do Estado de Direito Democrático;

1.6.3. O princípio da igualdade (art.º 24º da CRCV), visto que seria do conhecimento público que o Estado tem vindo a reconhecer o direito de propriedade e de posse de outras pessoas e a pagar as correspondentes indemnizações relativamente aos terrenos inscritos na ZDT de Chaves onde se inscrevem as propriedades dos recorrentes;

1.6.4. O princípio da boa-fé, ao considerar que as regras de proteção de terceiros de boa-fé, perante as regras do registo predial, não seriam aplicáveis à situação dos recorrentes, minando os princípios de convivência democrática, por admitir a aplicação retroativa e ultra ativa da pretensa norma interpretativa constante do art.º 48º do ROCT, inviabilizando a aquisição de terrenos do Estado por usucapião.

1.7. Pedem, por isso, que lhes seja “concedido amparo constitucional na proteção do seu direito à herança, do direito de propriedade e do direito a não serem privados dos seus bens, senão mediante um processo justo e equitativo e mediante o pagamento de justa indemnização”.

1.8. Por entenderem que a continuação da utilização dos terrenos em litígio pelo Estado, para a construção de estradas e vias de acesso e alienação de lotes e parcelas negociados com terceiros tem como natural consequência a inviabilização dos projetos que os recorrentes pretendem desenvolver nesses terrenos, o prejuízo decorrente desse facto seria irreparável ou de difícil reparação. Rogam, por isso, a esta Corte que sejam concedidas as medidas provisórias de:

1.8.1. Sustação do cancelamento dos registos nºs 228 a 233 de propriedade a favor deles recorrentes, ordenado pelo TCBV e sancionado pelo duto Acórdão do STJ;

1.8.2. Determinação de imediata suspensão da prática de todos os atos jurídicos e materiais que tenham por objeto os referidos terrenos, tais como vendas de lotes e

parcelas, construção de estradas e outras operações que ponham em causa o direito de propriedade em litígio.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei n.º 109/IV/94 de 24 de outubro, foram os autos com vista ao Ministério Público para emissão de parecer sobre a admissibilidade do recurso, tendo-o feito S. Excia. o Sr. Procurador-Geral da República, o qual articulou os seguintes argumentos:

2.1. Os recorrentes teriam legitimidade e o requerimento pareceria cumprir com os requisitos do artigo 7º e 8º da Lei do Amparo;

2.2. O recurso foi interposto de uma decisão do STJ e os direitos que os recorrentes alegam terem sido violados constituíam direitos e garantias fundamentais reconhecidos na CRCV como suscetíveis de amparo;

2.3. Não lhe constaria que o Tribunal Constitucional tenha rejeitado, por decisão transitada em julgado, um recurso com objeto substancialmente igual;

2.4. Entende que caso se comprove que o acórdão recorrido foi notificado aos recorrentes no dia 18 de janeiro de 2023 o recurso revelar-se-ia tempestivo;

2.5. É de parecer que o presente recurso de amparo constitucional preenche os requisitos de admissibilidade e nada teria a promover sobre a medida provisória porque nenhuma foi decretada.

3. Marcada sessão de julgamento para o dia 6 de abril, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo decisão no sentido de que:

3.1. Resultado de os recorrentes terem feito uma apresentação minuciosa do percurso processual e dos eventos relevantes – o que podia até ser justificado, atendendo à ancestralidade fática e à complexidade das questões colocadas – sem uma devida segmentação das condutas específicas que se pretendia impugnar, estas ficaram perdidas no meio dos relatos vertidos para a peça, gerando dúvidas ao Tribunal sobre as questões concretas que os recorrentes pretendem ver escrutinadas;

3.2. Acresce que não só teriam construído trechos com a aparência de condutas no segmento referente às razões de facto e de direito que fundamentam o recurso, como também o fizeram em outros trechos da petição sem que o Coletivo tenha logrado apurar se efetivamente se se tratavam de impugnações autónomas ou de mera fundamentação de direito;

3.3. Sendo assim, gerando-se alguma obscuridade na determinação das condutas concretas praticadas através do *Acórdão STJ 69/2022* que pretendiam impugnar, para o prosseguimento da instância seria imperioso que indicassem da forma o mais precisa possível, as condutas que almejavam que esta Corte escrutinasse, revelando-se igualmente importante que incluíssem o modo como parâmetros constitucionais objetivos que indicam (boa fé, igualdade, proteção da confiança, etc.) atingiriam especificamente direitos, liberdades e garantias de que seriam titulares.

4. Tal entendimento foi vertido para o *Acórdão 58/2023, de 24 de abril, Rafael Neumann Beloniel de Carvalho & outros v. STJ, Aperfeiçoamento por Obscuridade na Indicação da(s) Conduta(s) Impugnada(s)*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 57, 22 de maio de 2023, pp. 1247-1250, o qual foi notificado aos recorrentes e ao Ministério Público no dia 25 de abril de 2023.

4.1. Tendo, na sequência, os recorrentes protocolado uma peça de aperfeiçoamento que se encontra a fls. 155 e ss dos autos, que deu entrada na secretaria do Tribunal no dia 27 de abril às 14:35;

4.2. Apresentam uma versão com alguma reformulação através da qual procuram responder às questões colocadas pelo acórdão de aperfeiçoamento, dedicando um segmento às condutas impugnadas, outro aos direitos, liberdades e garantias violados, além de apresentarem conclusões e um pedido de amparo.

5. Marcada nova sessão de julgamento para se apreciar a admissibilidade do recurso para o dia 11 de agosto, nessa data se realizou com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão que se expõe acompanhada dos fundamentos articulados *infra*.

II. Fundamentação

1. Do ponto de vista constitucional, o recurso de amparo é concebido como um direito fundamental de “requerer ao Tribunal (...) a tutela de (...) direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente reconhecidos”, e também como um meio “de tutela de direitos, liberdades e garantias”, consagrando-se a sua dupla-natureza subjetiva e objetiva.

1.1. Direito este que é delimitado materialmente, na medida em que destinado à proteção direta de apenas uma das três categorias de direitos fundamentais previstas pela Lei Fundamental. Seriam os denominados direitos, liberdades e garantias, tanto os individuais, como os de participação política e de exercício da cidadania e, arguivelmente, os dos trabalhadores. É verdade que se estende para recobrir os direitos análogos a direitos liberdades e garantias ou que portem características específicas com dimensões individuais e civis como, respetivamente, os direitos de proteção judiciária (*Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, sobre pedido de desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 898-903, 5; *Acórdão 9/2017, de 8 de junho, Martiniano Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 925-929, e); *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); *Acórdão 24/2017, de 9 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 78, 22 de dezembro de 2017, pp. 1692-1698, e); *Acórdão 12/2018, de 7 de junho, CIMA v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, Decisão de admissibilidade, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, b; *Acórdão 16/2018, de 28 de julho, Luigi Zirpoli v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1298-1302, e); *Acórdão 17/2018, de 26 de julho, Amândio Vicente v. TRS*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 51, 3 de agosto de 2018, pp. 1328-1333, e); *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre o direito de acesso aos tribunais*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 2; *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 480-486, e); *Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do*

direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente amparo ordinário por tribunal judicial, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, p. 36-42, 2.1) e o direito à propriedade privada (*Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789); ou ainda para situações que envolvam camadas de proteção essenciais que remetam a certos direitos, liberdades e garantias como a vida ou a integridade pessoal. Porém, fora desses casos, com a tendencial não-inclusão dos direitos económicos, sociais e culturais e dos direitos de grupos vulneráveis que não portem características de direitos, liberdades e garantias, e também de princípios constitucionais objetivos, como, em diversos momentos, este Tribunal já decidiu (*Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 20.1; *Acórdão 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp. 75-93, 20.1; *Acórdão 06/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 2; *Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.1). Por conseguinte, trata-se de um recurso especialmente desenhado para proteger uma categoria especial de direitos que goza de regime de tutela mais intenso: os direitos, liberdades e garantias.

1.2. E que fica processualmente condicionado ao esgotamento das vias ordinárias de recurso, opção da qual resulta um figurino constitucional que produz diversos efeitos.

1.2.1. Desde logo, a conceção de que todos os tribunais cabo-verdianos são tribunais de proteção de direitos, nos termos da sua respetiva jurisdição, cabendo efetivar

essa tutela através dos processos ordinários desenhados pela lei, dos processos especiais previstos pela Constituição como o *Habeas Corpus* ou o recurso contencioso administrativo, ou daqueles que venham a ser definidos pelo legislador, nos termos do artigo 22, parágrafo sexto, segundo o qual “[p]ara a defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais, a lei estabelece procedimentos judiciais céleres e prioritários que assegurem a tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses mesmos direitos, liberdades e garantias” (*Acórdão nº 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, 5.1.3).

1.2.2. E, em consequência, a subsidiariedade do recurso de amparo, recurso constitucional de natureza especial, ao qual só se pode lançar mão, depois de se explorar os mecanismos que correm perante os tribunais ordinários para que estes possam conhecer e garantir a tutela desses mesmos direitos.

1.3. E caracterizado pelo seu informalismo, urgência e sumariedade, conforme decorre da alínea b) do artigo 20, segundo a qual ele “pode ser requerido em simples petição, tem caráter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”.

1.4. Por conseguinte, está-se perante um direito fundamental e um recurso constitucional desenhado especialmente para a proteção de direitos, liberdades e garantias, que pode ser utilizado subsidiariamente quando os meios ordinários de tutela de direitos que correm os seus trâmites perante os tribunais judiciais ou outros, a existirem, falham. Tais características impõem que a própria lei de processo constitucional que desenvolve os procedimentos atinentes ao recurso de amparo seja interpretada como uma lei restritiva de direito cujo figurino básico se deve manter dentro dos confins dos números 4 e 5 do artigo 17 da Constituição, ainda que parte do regime possa ser legitimamente fixado pelo legislador em razão da remissão à lei (“nos termos da lei”), desde que não se atinja de modo ilegítimo as características essenciais do instituto impostas pelo próprio dispositivo constitucional (“e com observância [obrigatória, diga-se] do disposto nas alíneas seguintes (...)).

2. As exigências da peça de recurso de amparo são as consagradas nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os quais impõem, respetivamente, que:

2.1. A petição seja:

2.1.1. Interposta através de simples requerimento, com indicação expressa de que o recurso tem a natureza de amparo;

2.1.2. Devidamente fundamentada; e

2.1.3. Entregue na Secretaria do Tribunal Constitucional.

2.2. Quanto ao que a lei designa de “fundamentação do recurso”, exige-se que o recorrente, através da peça,

2.2.1. Identifique a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão, bem como os interessados a que o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

2.2.2. Indique com precisão “o ato, facto ou a omissão” que, na sua opinião, violou os seus direitos amparáveis;

2.2.3. Indique com clareza quais deles terão sido vulnerados, “com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados”;

2.2.4. Exponha resumidamente as razões de facto que fundamentam o pedido, bem como “formul[e] conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição”;

2.2.5. Esta deverá “terminar com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias violados”, devendo vir acompanhada dos “documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido”.

2.3. O objeto dessas disposições é determinar o modo de interposição e definir a estrutura da peça processual, de tal sorte que, de forma célere e simplificada, se permita ao Tribunal Constitucional identificar os elementos constitutivos da súplica para que possa decidir sobre a sua admissibilidade, sobre eventuais medidas provisórias aplicáveis e, subsequentemente, sobre o seu mérito.

2.3.1. De um lado, através da facilitação do acesso a esses elementos que decorreriam do modo de organização da peça e da entrega direta no Tribunal Constitucional;

2.3.2. Do outro, pelo facto de se impor um determinado conteúdo à mesma, na medida em que, do ponto de vista do número 1 do artigo 8º, primeiro, remete-se, através das alíneas a) e b); para a identificação das condutas lesivas (“ato, facto ou a omissão”) e para o órgão do poder público ao qual podem ser imputadas (“a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão”); segundo, por meio da alínea c), aos direitos, liberdades e garantias vulnerados por aquelas (“indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais”) e às disposições onde estariam alojados ou os princípios de onde podem ser inferidos (“com a expressa menção das normas ou princípios constitucionais que entendem terem sido violados”); terceiro, nos termos do número 2 da mesma disposição, à explicitação do amparo que se pretende para se remediar a eventual lesão (“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados”). A argamassa que ligaria esses três elementos decorreria dos fundamentos de facto e de direito que justificam a petição, como também se impõe apresentar, conforme o disposto nas alíneas d) e e) do parágrafo primeiro da primeira disposição.

2.3.3. A regra é que, do ponto de vista da articulação da petição de amparo, deve haver o estabelecimento de uma ligação lógica entre cada conduta impugnada, as posições jurídicas decorrentes do(s) direito(s) que ela vulnera e o amparo adequado para a remediar através da fundamentação. O que se tem verificado até agora é que na maior parte dos casos, isso é muito deficientemente articulado, lançando-se para a peça de recurso, sem grande precisão e racionalização, uma pluralidade de condutas a que globalmente se imputam violações de um conjunto diversificado de direitos, e remetendo-se para

amparos genéricos ou impossíveis. O Tribunal Constitucional desde o *Acórdão 10/2017, de 8 de junho, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 929-933, b), tem tolerado a interposição de vários amparos que não cumprem essas exigências qualitativas, considerando que a disposição deve ser lida sempre de forma compatível ao direito constitucional ao amparo, no sentido de que “mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer”. Mas, a duras penas, considerando a grande dificuldade que se tem para se compreender o que se impugna, o que se pede e os fundamentos que suportam as petições. A Corte Constitucional continuará – transitoriamente – aberta a privilegiar as admissibilidades, suprimindo ela própria eventuais deficiências das peças, mas, depois de vários anos de prática do amparo em Cabo Verde, é preciso entrar numa nova fase mais exigente, sustentada numa melhor qualificação.

2.3.4. Na situação vertente, apesar dos recorrentes terem apresentado a sua peça na secretaria deste Tribunal, indicando expressamente que se trata de um recurso de amparo, a exposição das razões de facto e de direito que a fundamentam. Integraram ainda um segmento conclusivo resumindo por artigos os fundamentos de facto e de direito que suportam os seus pedidos.

2.3.5. Mais especificamente, dispondo a Constituição que a tramitação do amparo deve ser baseada no princípio da celeridade, as condições para tanto devem começar a ser criadas pelos próprios jurisdicionados apresentando devidamente as suas peças, calibrando a extensão da sua argumentação, precisando os elementos nucleares do recurso em termos de identificação de conduta atribuível a poder público, indicação dos parâmetros de escrutínio e definição do amparo pretendido, a tríade que compõe a estrutura vital deste recurso. Sendo certo que em relação aos derradeiros, a legislação de processo constitucional aplicável – neste caso, o artigo 24, parágrafo segundo, da Lei do Amparo e do *Habeas Data* – permite a esta Corte suprir deficiências de indicação de parâmetros e amparos, além de ser um risco que, desnecessariamente, o recorrente não deve assumir, posto que se trata de ato discricionário do Tribunal (note-se, num caso e no outro, a utilização da expressão “pode”) – que utilizará quando entender justificado e conveniente – isso, a) consome sempre muito mais tempo; b) desvia a atenção individual dos juízes de outros aspetos da aferição de admissibilidade; c) aumenta a carga de esforço

do Coletivo em arbitrar ele próprio parâmetros e amparos. E, d), no mínimo, pode resultar no adiamento da apreciação do pedido de amparo, se não na sua inadmissão.

2.3.6. No caso *sub judice*, o Tribunal Constitucional expressou entendimento vertido para o Acórdão 58/2023, de 24 de abril, *Rafael Neumann Beloniel de Carvalho & outros v. STJ, Aperfeiçoamento por Obscuridade na Indicação da(s) Conduta(s) Impugnada(s)*, Rel: JCP Pina Delgado, de que, pelo facto dos recorrentes não terem feito a devida segmentação das condutas específicas que pretendiam impugnar, geraram-se dúvidas ao Tribunal sobre as questões concretas que pretendiam ver escrutinadas. Assim, para que se pudesse dar prosseguimento à instância, o Tribunal decidiu determinar, a notificação dos recorrentes para que indicassem de forma clara e inequívoca as condutas imputáveis ao órgão judicial recorrido que pretendiam que fossem escrutinadas e explicitassem o modo como a alegada desconsideração dos princípios objetivos arrolados na peça afetariam direitos, liberdades e garantias de que seriam titulares. O que foi prontamente feito pelos recorrentes através da sua peça de aperfeiçoamento à qual denominaram de “Novo Requerimento inicial com a correção de obscuridades na Indicação da(s) conduta(s) impugnada(s), ao abrigo do disposto no artigo 17º da Lei n.º 109/IV/1994, de 24 de Outubro”;

2.3.7. A admissibilidade de um aperfeiçoamento determinado pelo Tribunal Constitucional em acórdão tirado em sede de recurso de amparo depende de, primeiro, a peça protocolada por um recorrente entrar dentro do prazo previsto pelo artigo 17 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*; segundo, de corresponder às injunções feitas pelo aresto;

2.3.8. Não estará em causa que a peça de aperfeiçoamento foi oportunamente colocada, haja em vista que, tendo os recorrentes sido notificados no dia 25 de abril de 2023, protocolaram-na dois dias depois, a 27 desse mesmo mês e ano.

2.3.9. E nem que indicaram de forma perceptível um conjunto de condutas que pretendiam impugnar, a maior parte delas passível de ser aferida para efeitos de possível admissibilidade;

2.3.10. Já em relação à necessidade de incluir argumentação específica sobre o modo como os parâmetros constitucionais objetivos que indicam (boa fé, igualdade,

proteção da confiança, etc.) atingiriam especificamente direitos, liberdades e garantias de que seriam titulares, de certa forma repetem o que já havia sido alegado na sua petição inicial. Simplesmente tentam articular os efeitos da desconsideração desses princípios sobre o direito à propriedade privada e por extensão sobre o direito à herança, como decorre de trecho em que asseveram que “se o STJ admite que todos os terrenos pertencem ao Estado e todo aquele que pretende provar o seu direito de propriedade deve demonstrar como o primeiro titular inscrito adquiriu a propriedade a partir do Estado, tal procedimento põe em causa de uma assentada todas as finalidades do registo predial, atingindo severamente os princípios da confiança e de fé pública, com consequências gravosas no direito de propriedade adquirida baseada na confiança assegurada pelo registo predial.” Aceita-se, pois, que tenham, ainda que muito implicitamente, tentado corresponder à segunda injunção do acórdão de aperfeiçoamento.

2.4. Com o aperfeiçoamento da petição inicial entende o Tribunal que todos os requisitos da peça passaram a estar presentes. Neste sentido, considera-se ter os elementos necessários para se verificar se o recurso é admissível, podendo assim a instância prosseguir.

3. No essencial, consegue-se depreender as possíveis condutas que os recorrentes pretendem impugnar e a entidade que as terá empreendido, os direitos que entendem terem sido violados e, genericamente, intui-se o amparo último que almejam obter, aspetos que serão avaliados adiante, se for necessário. Isso porque dizem que:

3.1. As condutas que imputam ao tribunal recorrido e pretendem impugnar são as de este:

3.1.1. Ter omitido um meio de prova bastante de confissão do Estado de que a propriedade em litígio situada na Zona de Chaves, não lhe pertenceria, sendo esta propriedade do titular inscrito, que, por isso, poderia ser objeto de declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação;

3.1.2. Ter declarado que não houve procedimento de expropriação, com pagamento de indemnização, dos prédios objeto de litígio, pertencentes aos ora recorrentes;

3.1.3. Ter praticado outras condutas de igual gravidade;

3.1.4. Ter considerado que “as sucessivas transmissões dos prédios em litígio não tiveram o poder de retirá-los do domínio do Estado”, mesmo estando esses imóveis inscritos no registro predial, organização estabelecida e totalmente controlada pelo Estado;

3.1.5. Ter considerado, com valor intemporal, que os terrenos do Estado não podem ser objeto de usucapião, omitindo o Decreto n.º 47, de 22 de julho de 1913;

3.1.6. Ter sancionado a interpretação dada em primeira instância de que a norma do art.º 48º do Decreto n.º 47 486, de 6 de janeiro de 1967 tem natureza interpretativa e a sua eficácia se reporta ao Alvará de 18 de setembro de 1811, com a consequência de anular para trás, até 18 de setembro de 1811, todos os atos jurídicos praticados relativamente a imóveis, ainda que inscritos no registro predial;

3.1.7. Ter sancionado o cancelamento de todos os registos em nome dos recorrentes ordenado pelo tribunal de instância.

3.2. Que terão lesado o seu direito à herança, à propriedade e de não serem privados dos seus bens senão mediante um processo justo e equitativo e mediante o pagamento de justa indemnização, além de serem desconformes a vários outros parâmetros que indica; justificando,

3.3. A concessão de amparo de proteção dos direitos violados que elenca.

4. Antes de prosseguir, cuida o Tribunal de verificar se os pressupostos gerais de admissibilidade se encontram preenchidos, caso seja necessário, ressaltando-se que:

4.1. Por força do artigo 20, parágrafo primeiro, da Constituição da República, e do artigo 18, alínea a) da Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional, é evidente que este tribunal é competente em razão da matéria, considerando que se imputa ao órgão judicial recorrido a violação de direito, liberdade e garantia;

4.2. Os recorrentes, na medida em que, nos termos do artigo 20, parágrafo primeiro, se arrogam serem titulares de posição jurídica com essa natureza, e de, conforme a parte final do número 1 do artigo 4º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, serem pessoas direta, atual e efetivamente passíveis de ser afetadas pelas condutas impugnadas, possuem legitimidade processual ativa, o mesmo ocorrendo, no polo passivo, com a entidade recorrida que praticou os atos ao quais se imputam a lesão dos direitos nos termos da orientação geral (v. *Acórdão 29/2021, de 3 de junho, António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 88, 16 de setembro de 2021, pp. 2264-2270, c)).

4.3. Por fim, tratando-se de recurso referente a questão suscitada em processo que corre os seus termos nos tribunais regulado pelo artigo 5º, parágrafo primeiro, o prazo de interposição é de vinte dias contados da data de notificação da decisão que se recusou a reparar a violação praticada, e por força do artigo 1º da Lei do Amparo e do artigo 50 da Lei do Tribunal Constitucional, com suspensão de contagem aos sábados, domingos e feriados, conforme remissão para o Código de Processo Civil.

4.3.1. No caso em apreço, os recorrentes foram notificados no dia 18 de janeiro de 2023;

4.3.2. E o seu requerimento de recurso de amparo deu entrada no dia 15 de fevereiro deste mesmo ano, o que leva a concluir que o mesmo foi protocolado oportunamente, considerando que não colocou qualquer incidente pós-decisório, nomeadamente pedido de reparação, o que se enfrentará adiante.

5. A construção adequada da peça ou o seu aperfeiçoamento permitem que o Tribunal Constitucional, antes de tudo, consiga identificar o centro nevrálgico do escrutínio de amparo – a conduta impugnada – que se constituirá no objeto do recurso. Podendo materializar-se tanto num ato, como numa omissão, a conduta corresponde a um comportamento de uma entidade à qual se imputa a vulneração de um direito, liberdade e garantia. É a isso que se refere tanto o artigo 20 da Lei Fundamental quando remete à “tutela dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais (...)”, como o artigo 2º da Lei do Amparo, quando se refere à “prática de factos ou à omissão de atos ou factos”. Isso desde que em relação aos atos, nos termos do artigo 2º, número 3, da Lei do Amparo

e do *Habeas Data*, estes não assumam natureza legislativa ou normativa, devendo o Tribunal Constitucional recusar qualquer impugnação que ataque diretamente norma constante de dispositivo legal ou equiparado, como, de resto, tem feito ao recusar-se a admitir recursos de amparo que impugnem normas (*Acórdão 35/2019, de 18 de outubro, Alírio Barros v. TRS sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade por não aplicação de norma impugnada*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1813-1828, 2., *Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 2.3.4, *Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. STJ, sobre a constitucionalidade do nº 2) do Art. 3º e o Art. 2º do DL 194/91, na interpretação que lhe foi dada pelo Presidente do STJ, no sentido de que fixa um prazo de recurso de cinco dias, independentemente de se tratar de um litígio decorrente de relação de trabalho estabelecida ou de litígio tendente à constituição de uma relação de trabalho*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 6 de junho de 2018, pp. 844-856 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. IV, INCV, 2018 (2017), pp. 137-176, 2.2.1, *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre a violação do direito de acesso aos tribunais por decisão de deserção de recurso*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 5. e 6, *Acórdão 29/2019, de 30 de julho, Arlindo Teixeira vs. STJ, referente à norma prevista pelo número 1 do artigo 2 da Lei nº 84/VI/2005, referente ao princípio da realização de audiências públicas nos tribunais e da garantia de audiência pública em processo criminal, bem como as garantias a um processo equitativo, ao contraditório e à ampla defesa*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 24 de setembro de 2023, pp. 1618-1653, 3.2, e *Acórdão 39/2022, de 28 de outubro, Tecnicil Imobiliária e Alfredo de Carvalho v. PGR*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 42-49, ii), estabelecendo claramente a distinção entre o objeto de recursos de amparo e o objeto de recursos de fiscalização concreta da constitucionalidade. Na medida em que a aplicação de qualquer ato normativo poderá ser impugnada através deste último recurso constitucional dificilmente se pode considerar o dispositivo legal que exclui do objeto do recurso de amparo atos públicos como portador de um vício de inconstitucionalidade.

5.1. No caso concreto, na sua peça de aperfeiçoamento registada na secretaria do Tribunal Constitucional no dia 27 de abril de 2023, os recorrentes apresentaram como condutas lesivas de direitos, liberdades e garantias vários atos que imputam ao Supremo Tribunal de Justiça, a saber:

5.1.1. Ter omitido no *Acórdão 69/2022, de 20 de dezembro*, um meio de prova bastante que teria consistido na confissão do Estado de que a propriedade em litígio situada na Zona de Chaves, não lhe pertenceria, sendo esta de propriedade do titular inscrito, que, por isso, poderia ser objeto de declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação;

5.1.2. Ter, através do *Acórdão 69/2022, de 20 de dezembro*, declarado que não houve procedimento de expropriação, com pagamento de indemnização, dos prédios objeto de litígio, pertencentes aos ora recorrentes;

5.1.3. Ter, através do *Acórdão 69/2022, de 20 de dezembro*, praticado outras condutas de igual gravidade;

5.1.4. Ter, através do *Acórdão 69/2022, de 20 de dezembro*, considerado que “as sucessivas transmissões dos prédios em litígio não tiveram o poder de retirá-los do domínio do Estado”, mesmo estando esses imóveis inscritos no registo predial, organização estabelecida e totalmente controlada pelo Estado;

5.1.5. Ter, através do *Acórdão 69/2022, de 20 de dezembro*, considerado, com valor intemporal, que os terrenos do Estado não podem ser objeto de usucapião, omitindo o Decreto n.º 47, de 22 de julho de 1913;

5.1.6. Ter, através do *Acórdão 69/2022, de 20 de dezembro*, sancionado a interpretação dada em primeira instância de que a norma do art.º 48º do Decreto n.º 47 486, de 6 de janeiro de 1967, tem natureza interpretativa e a sua eficácia se reporta ao Alvará de 18 de setembro de 1811;

5.1.7. Ter, através do *Acórdão 69/2022, de 20 de dezembro*, sancionado o cancelamento de todos os registos em nome dos recorrentes ordenado pelo tribunal de instância.

5.2. Não portando elas teor normativo, dá-se por preenchida essa imposição legal que fixa o próprio objeto do recurso, caso ele seja admitido, e as questões concretas cognoscíveis, as quais excluem por motivos evidentes as que foram articuladas na alínea c) da peça de aperfeiçoamento. Neste trecho o Tribunal Constitucional não consegue identificar uma conduta, já que os recorrentes se referem a outras condutas de especial gravidade, mas não as segmentam, limitando-se a apresentar um texto de quase uma página, do qual o Coletivo não conseguiu extrair com segurança o que pretendem efetivamente impugnar.

5.3. A conduta desafiada na alínea g) não parece ter autonomia em relação ao que se ataca por meio de outras alíneas, por ser mais um efeito dependente dos fundamentos invocados pelo órgão judicial recorrido e parcialmente presentes nos itens anteriores para negar o reconhecimento do direito de propriedade dos recorrentes. Também como tal foi tratada pelos impugnantes, parecendo ser mais uma conclusão nesse sentido do que uma imputação independente. Nesta medida totalmente subordinada à determinação de violação de direitos pelas outras condutas. Assim, faltando-lhe autonomia em relação a estas, o que não inviabiliza que, caso o recurso proceda no mérito, também os seus efeitos se projetem sobre este segmento do aresto impugnado, na medida em que confirmou a sentença “nos seus precisos termos”, e que possa ser integrada no juízo a desenvolver em relação a elas;

6. Essa definição é determinante para se identificar os direitos potencialmente atingidos pela conduta lesiva, uma etapa essencial para se verificar se a conduta em causa é passível de ser amparada, do que depende, de uma parte, de estar em causa posição jurídica dependente de direito, liberdade ou garantia ou direito que se pode beneficiar do regime de proteção desta categoria de direitos, e, da outra, de, em potência, ser ato que pode ser diretamente atribuível ao órgão judicial recorrido por este poder ter responsabilidade direta, imediata e necessária na sua violação, portanto, de esta poder ser-lhe imputável de alguma forma.

6.1. No caso em apreço, os recorrentes aludem a lesões ao direito à herança, à propriedade privada e de não serem privados dos seus bens, senão mediante um processo justo e equitativo e mediante o pagamento de justa indemnização, que são passíveis de amparo constitucional.

6.1.1. Daí, dar-se por preenchida essa exigência formal incontornável, porque não obstante a sua localização sistemática, tratam-se de direitos análogos aos direitos liberdades e garantias e direito especial, com dimensão de direito, liberdade e garantia, como já se tinha classificado o direito à propriedade privada (*Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação*, Rel: JC Pina Delgado, Rel: JC Pina Delgado, 5.1.1, remetendo para a doutrina consagrada no *Parecer 2/2018, de 27 de junho, Fiscalização Preventiva da Lei de autorização legislativa para alteração do Código de Empresas Comerciais e autonomização de um Código de Sociedades Comerciais*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 44, 2 de julho de 2018, pp. 1141-1156, 4.2.3).

6.1.2. Assim, dúvidas não subsistirão de que são direitos fundamentais amparáveis.

6.2. A determinação final da ocorrência de violação imputável ao órgão judicial recorrido é feita na fase de mérito. No momento de avaliação da presença dos pressupostos e requisitos de admissibilidade basta que o Tribunal avalie a possibilidade racional e abstrata de a conduta impugnada ser suscetível de ter sido praticada direta, imediata e necessariamente pela entidade recorrida.

6.2.1. Neste caso concreto, as cinco condutas identificadas são passíveis de serem imputadas ao Egrégio Supremo Tribunal de Justiça, ainda que, nalgumas circunstâncias, a violação originária remeta a ato praticado pela instância;

6.2.2. Deste modo, não haverá dúvidas de que elas sejam amparáveis na medida em que direta, imediata e necessariamente passíveis de terem sido perpetradas por esse órgão judicial.

7. Um pedido de amparo ordenando que seja concedido aos recorrentes amparo constitucional na proteção dos direitos que invoca, não parece ser o mais congruente com o artigo 25 da Lei do Amparo e do *Habeas Data* e com a prática deste Tribunal, sendo manifestamente insuficiente. Pelos motivos invocados, cabe ao recorrente identificar

claramente o remédio que pretende obter, ao invés de apresentar generalidades. Porém, mais uma vez, e de forma evitável, tem de ser o Tribunal a intuir que o recorrente pretenderá que se declare a violação dos direitos de sua titularidade e a nulidade do acórdão impugnado e que se determine a prática de medidas necessárias a restabelecê-los, conforme as condutas impugnadas.

8. Ademais, consideram-se pressupostos especiais aplicáveis às situações em que o recurso de amparo é colocado contra conduta do poder judicial que ela seja expressa e formalmente invocada no processo logo que o ofendido tenha dela recebido comunicação, que se tenham esgotado as vias legais de recurso e que tenha sido requerida reparação.

8.1. A lei coloca, deste modo, um ônus sobre o titular do direito de suscitar a questão no processo logo que o ofendido tenha tido informação sobre o ocorrido, uma exigência que depende de o recorrente ter tomado conhecimento da violação, nomeadamente através de comunicações judiciais ou de consultas aos autos, e de haver mecanismos processuais previstos para alegar o que entender em sua defesa.

8.1.1. Nesta situação concreta, o que se verifica é que nas situações em que as alegadas violações de direitos ocorreram originariamente na primeira instância, elas foram, de seguida, suscitadas junto ao órgão recursal, o STJ, através do recurso de apelação protocolado;

8.1.2. Nos casos em que as condutas terão sido praticadas originariamente pelo próprio STJ constata-se que também houve reação, ainda que colocada diretamente a este Tribunal, por meio do presente recurso de amparo, o que não deixa de ser relevante, conforme se enfrentará adiante.

8.2. De outra parte, dispõe o artigo 6º que “o recurso de amparo só poderá ser interposto depois de terem sido esgotados todos os meios legais e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei de processo”.

8.2.1. A fórmula utilizada vai num sentido extremamente amplo porque referindo-se a meios legais abarca qualquer mecanismo que seja idóneo a assegurar a defesa de direitos e interesses legítimos seja ele pré-decisório, decisório ou pós-decisório; ordinário,

extraordinário ou especial. Do que decorre o efeito evidente de que, enquanto os mecanismos pré-decisórios de tutela através da submissão de requerimentos vários podem ser absorvidos pela necessidade de recurso ordinário decorrente do segundo segmento da disposição, o facto de inexistirem recursos ordinários disponíveis não isenta os titulares do direito de terem de utilizar qualquer via legal decisória prevista na respetiva lei de processo, desde que ela seja hábil a produzir o efeito de proteção do direito. Isso, na medida em que preservado o poder jurisdicional do tribunal recorrido em relação à questão colocada, por exemplo uma nulidade, esta possa revogar a sua própria decisão.

8.2.2. Na situação concreta que temos em mãos, os recorrentes, não se conformando com a decisão do TCBV que declarou o Estado de Cabo Verde como dono e legítimo proprietário de todos os terrenos em litígio, impetrou recurso dirigindo-o ao STJ que, no entanto, julgou-o improcedente e confirmou a sentença do tribunal de primeira instância. Dessa decisão não havia lugar a qualquer recurso ordinário, nem a qualquer incidente pós-decisório, em relação a muitas das condutas impugnadas, mas não em relação a todas;

8.2.3. Porque em relação à omissão de consideração de meio de prova que imputa ao órgão judicial recorrida na alínea a) da sua peça de aperfeiçoamento, sendo passível de se enquadrar no conceito de “documento que só por si implique em decisão diversa da proferida e que o juiz, por lapso manifesto não tenha tomado em consideração” ainda cabia requerer a reforma do acórdão ao abrigo do artigo 578, alínea c), do CPC;

8.2.4. Portanto, neste particular é muito discutível que se tenha esgotado todas as vias legais de proteção de direitos que os recorrentes invocam, acrescentando, em todo o caso, que se foi o STJ que não considerou a legislação em causa como meio de prova sempre faltaria deduzir pedido de reparação em razão da natureza originária da violação.

8.2.5. A este respeito, dispõe a lei que o pedido de amparo contra condutas do poder judicial depende de ter “sido requerida reparação”, condição essencial para, por um lado, garantir que os tribunais judiciais, que também são órgãos de proteção de direitos, possam reparar eventuais lesões que tenham ocasionado, e, do outro, evitar que o Tribunal Constitucional seja inundado de súplicas de amparo que pudessem ter sido resolvidas e ultrapassadas através da intervenção dos tribunais judiciais e garantir que quando ele

intervenha todos os argumentos já tenham sido apresentados e discutidos e a questão já esteja estabilizada e amadurecida. Sendo assim, tendo o *Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, 1.2.2, assentado entendimento de que é mister verificar se uma imputação de vulneração de direito que é submetida foi precedida da colocação da questão ao órgão judicial recorrido em moldes que este a pudesse apreciar e reparar, a partir do *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, esta Corte Constitucional tem sustentado a imprescindibilidade de se confirmar que houve pedido de reparação, passando, já na fase de admissibilidade, a avaliar o cumprimento do disposto na alínea c) do número 1 do artigo 3 em conjugação com o disposto no artigo 6. Portanto, para haver esgotamento das vias ordinárias de recurso é preciso que se prove ter invocado perante a instância recorrida a violação do direito alegadamente violado em termos perceptíveis, que se tenha requerido a sua reparação, que a violação não tenha sido reparada e que, no momento em que se requer o amparo ao Tribunal Constitucional, processos paralelos, passíveis de garantia a tutela do direito, não estejam a tramitar em qualquer outra instância (*Acórdão 28/2020, de 24 de julho, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 139, 23 de dezembro de 2020, p. 2168-2172, d); *Acórdão 57/2020, de 2 de dezembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 16, 12 de fevereiro de 2021, p. 565-573, d); *Acórdão 40/2021, de 14 de setembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, p. 2571-2579, d); *Acórdão 45/2021, de 6 de outubro, Amadeu Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, p. 2604-2610, d)).

Havendo, por motivos evidentes, flexibilidade para se o fazer através de meios ordinários ou extraordinários, é exigência incontornável que se assim se proceda – e, talvez, sobretudo, nos casos em que a violação primária só pode ser atribuída ao último tribunal na cadeia decisória – tanto nos casos em que se lhe atribui uma violação por ação, como uma violação por omissão.

8.3. Nesta situação concreta, o que se verifica é que,

8.3.1. Não se conformando com a sentença do TCBV, os recorrentes interpuseram recurso de apelação para o STJ que à data da sentença era o único tribunal de recurso ordinário disponível no processo, indicando as condutas violadoras dos seus direitos fundamentais praticadas pela primeira instância e deixando perceber que pretendiam a reparação dos mesmos;

8.3.2. Porém, em relação a condutas originariamente praticadas pelo Supremo Tribunal de Justiça, o mesmo não se pode dizer, porque nestes casos, não havendo situação que legitima a dispensa de pedido de reparação sucessivo à putativa violação, este tem de ser colocado à entidade à qual se imputa a lesão para que a possa apreciar e eventualmente remediar. O que não foi o caso. Nem em relação ao que impugnam na alínea a), conforme já se discutiu, nem ao que censuram nas alíneas b) e e). Porque, respetivamente, a alegada conduta ativa de se ter constatado que não houve procedimento de expropriação com pagamento de indemnização, conduziu, na verdade, aparentemente, a que ficasse prejudicada análise do processo de ablação do direito de propriedade dos recorrentes, e por ter omitido a aplicação de um diploma. Se assim foi e se disso decorreu lesão imputável ao Supremo Tribunal de Justiça deveria ter-se seguido pedido de reparação a ele dirigido para que pudesse apreciar a alegada violação de direito e para que tivesse oportunidade de a reparar.

8.3.3. Nestes casos concretos, somente se pode atestar que houve pedido de reparação em relação às condutas que identifica nas alíneas d) e f), porque, de facto, no primeiro caso, o fulcro da sua tese é sustentar que pertencendo-lhes os bens, em função das razões que expõem, nomeadamente assentes em sucessivos registos prediais decorrentes de transferências de propriedade sobre os imóveis, a sua apropriação pelo Estado configuraria o que classificam de confisco violador do seu direito à propriedade privada; no segundo caso, constata-se que suscitou a questão na sua peça de recurso de apelação em segmento dedicado à possibilidade de ter ocorrido usucapião, questionando, através de douda argumentação, a tese de igual solidez da autoria do meritíssimo juiz de instância, que asseverou que o *Decreto nº 47486, de 18 de fevereiro de 1967* seria uma lei interpretativa, doutrina esta que veio a ser acolhida pelo Egrégio Supremo Tribunal de Justiça;

8.3.4. Como esta Corte Constitucional tem entendido, do ponto de vista legal, a reparação pode tanto ser pedida através de requerimento autónomo, como poderá integrar qualquer meio processual ordinário ou incidente pós-decisório idóneo a garantir a proteção do direito em causa. Por conseguinte, considera-se que, com as observações feitas, houve pedidos de reparação em relação a duas condutas perfeitamente autonomizáveis, através do próprio recurso de apelação, que permitiu ao órgão judicial recorrido apreciar possíveis vulnerações de posições jurídicas essenciais. Simplesmente este Alto Tribunal entendeu que não havia ocorrido qualquer violação do direito à propriedade privada e do direito à herança e, logo, julgou improcedentes tais alegações.

9. Sendo assim, dá-se por preenchidas todas as condições de admissibilidade em relação a duas condutas: o facto de o *Acórdão 69/2022, de 20 de dezembro*, ter considerado que “as sucessivas transmissões dos prédios em litígio não tiveram o poder de retirá-los do domínio do Estado”, mesmo estando esses imóveis inscritos no registo predial, organização estabelecida e totalmente controlada pelo Estado, cancelando todos os registos em nome dos recorrentes ordenado pelo Tribunal de Primeira Instância; e o facto de esse mesmo acórdão ter sancionado a interpretação dada em primeira instância de que a norma do artigo 4º do Decreto N. 47 486, de 6 de janeiro de 1967 tem natureza interpretativa e a sua eficácia se reporta ao Alvará de 18 de setembro de 1811, cancelando todos os registos em nome dos recorrentes ordenado pelo Tribunal de Primeira Instância. O que não significa que se tenha de admitir o recurso. Nomeadamente porque pode dar-se o caso de serem aplicáveis as causas especiais de inadmissão previstas pelas alíneas e) e f) do artigo 16 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*: as de manifestamente não haver violação de direito, liberdade e garantia e de o Tribunal já ter rejeitado, por decisão transitada em julgado, recurso com objeto substancialmente igual.

9.1. De acordo com a primeira disposição, “o recurso não será admitido quando (...) manifestamente não estiver em causa a violação de direitos, liberdades e garantias individuais constitucionalmente reconhecidos como suscetíveis de amparo”.

9.1.1. A jurisprudência do Tribunal Constitucional nesta matéria percorreu um longo caminho desde a discussão inicial que se travou no âmbito dos Autos de Amparo Constitucional 1/2016 e que resultou no *Acórdão 5/2016, de 14 de março, Emílio Monteiro v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 10

de maio de 2016, p. 1211-1221, e), e numa declaração de voto assinada pelo JC Pina Delgado.

9.1.2. A partir deste debate incorporou-se o entendimento de que o recurso a essa causa de inadmissão requereria que se demonstrasse a ausência de fundamentalidade do direito invocado, a ausência de conexão entre parâmetros de escrutínio convocáveis e as condutas impugnadas e a inviabilidade manifesta das pretensões do recorrente, que se manifestaria nas circunstâncias em que todos os juízes estivessem seguros de que a causa estava condenada a fracassar no mérito, não havendo a mínima centelha de poder ser estimado, caso admitido.

9.1.3. Esta posição foi assumida plenamente pelo *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); e seguidamente pelo *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 28, de 13 de março de 2019, p. 493-499, e); pelo *Acórdão 23/2019, de 27 de junho, Osmond Nnaemeka Odo v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 79, de 22 de julho de 2019, p.1232-1236, e); pelo *Acórdão 24/2019, de 4 de julho, Leny Martins e Fernando Varela v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 100, 26 de setembro de 2019, p. 1580-1585, e), sendo que nestes três últimos casos, apesar da viabilidade extremamente reduzida, optou-se por se admitir o recurso, posto não haver segurança total a respeito da improcedência do pedido. Porém, em relação aos que já foram apreciados, conduzindo a decisão de improcedência no mérito (*Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 36-42; *Acórdão 26/2019, de 9 de agosto, sobre violação do direito à liberdade, da garantia de presunção de inocência e da garantia de não ser mantido em prisão preventiva fora dos prazos legais*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 100, 24 de setembro de 2019, pp. 1590-1595). A estes se junta o mais recente *Acórdão 49/2022, de 12 de dezembro*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 92-96, que foi admitido *in extremis* porque nem todos os juízes ficaram convictos que o pedido era manifestamente inviável,

mas pouco tempo depois foi julgado improcedente pelo *Acórdão 1/2023, de 17 de janeiro, por confirmação de sentença condenatória a pena de reclusão em situação em que não terá ficado provado que soubesse que a ofendida era menor de catorze anos, por alegada violação do direito à presunção de inocência do arguido, Ivan Furtado v. TRB*, Rel: JC Pina Delgado, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, 13 de março de 2023, pp. 680-683).

9.1.4. Já no *Acórdão 12/2022, de 8 de março, António Monteiro v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 5 de abril de 2022, p. 909-915, e), considerou-se que manifestamente não era viável violação da garantia de não ser mantido em prisão preventiva sem proferimento de despacho de pronúncia, em situação em que, embora este não tenha sido notificado ao recorrente, foi proferido dentro do prazo legal de oito meses, e no *Acórdão 27/2022, de 24 de junho, Gilson Vieira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 94, 28 setembro de 2022, p. 1916-1921, e), não se admitiu uma das condutas impugnadas por considerar que era manifestamente inviável que tivesse violado direito, liberdade ou garantia.

9.1.5. De todo esse debate emerge que a causa de admissibilidade da alínea e) do artigo 16 da Lei do Amparo e do *Habeas Data* permite que se antecipe a falta de mérito de um pedido de amparo nos casos em que ele não esteja devidamente ancorado numa posição jurídica que remeta a um direito amparável (“fundamentalidade”); em que entre as condutas impugnadas e os parâmetros indicados não exista uma ligação lógica (“conexão”) ou que perfunctoriamente se consiga concluir que, de forma clara, não há qualquer hipótese de o recurso ser procedente no mérito (“viabilidade”), o que pode acontecer quando todos os juízes tiverem acesso aos autos e puderem analisar todos os elementos pertinentes e mostrarem-se confortáveis em antecipar o julgamento de mérito da questão, tornado inócuo qualquer juízo subsequente.

9.1.6. Neste caso concreto, não se evidencia nem a ausência de fundamentalidade, nem a falta de conexão e tampouco de viabilidade que poderiam justificar a não-admissão do recurso. Na verdade, as duas condutas remetem a questões complexas e a uma teia legislativa difícil de reconstruir, integrar e interpretar. Que pressupõem a análise de diplomas aprovados no período colonial à luz do contexto concreto de sua aplicação. O que requer a máxima atenção e cuidado para que o Tribunal possa adotar a solução mais

justa que decorra do Direito aplicável, com a prudência adequada a apreciar questões jurídicas que podem ter uma repercussão mais ampla do que o mero caso que se tem em mãos.

9.2. O que também é reforçado em razão da segunda causa, que, dependendo de redação segundo a qual “o recurso não será admitido quando (...) o Tribunal tiver rejeitado, por decisão transitada em julgado, um recurso com objeto substancialmente igual” permite utilizar a jurisprudência do Tribunal para, ainda na fase de admissibilidade, antecipar uma decisão conforme, poupando o Coletivo de ter de admitir um recurso à partida fadado a não obter provimento.

9.2.1. Também a este respeito o Tribunal Constitucional já havia travado algum debate no âmbito dos Autos de Recurso de Amparo 6/2016, o qual conduziu à adoção do Acórdão 3/2017, de 15 de fevereiro, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 10, 27 de fevereiro de 2017, pp. 266-271, com um voto vencido do JC Pina Delgado.

9.2.2. A que se seguiu a prolação do *Acórdão 12/2022, de 8 de março, António Monteiro v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 35, 5 de abril de 2022, p. 909-915, e), em que se recorreu por unanimidade à alínea f) do artigo 16 da Lei do Amparo e do Habeas Data para não se admitir um recurso de amparo, remetendo a decisões de mérito em que se rejeitou, por decisão transitada em julgado, recursos com objeto substancialmente igual.

9.2.3. Do que decorre que em situação nas quais exista jurisprudência sedimentada do Tribunal Constitucional em relação a uma determinada matéria e ocorrendo interposição de recurso de amparo com objeto substancialmente igual considerando o pedido e a causa de pedir, seria legítimo a esta Corte não-admitir o recurso com fundamento na inutilidade da admissão do recurso de amparo por força da existência de orientações firmes e assentadas já manifestadas em outros acórdãos de mérito;

9.2.4. Não é o que acontece neste caso concreto, considerando que o Tribunal nunca teve a oportunidade de se pronunciar no mérito sobre questões estruturalmente similares às que foram colocadas pelos recorrentes;

9.2.5. Assim sendo, entende-se que o recurso de amparo interposto pelos recorrentes é admissível restrito às duas condutas cognoscíveis, não concorrendo qualquer causa que pudesse levar a não ser conhecido no mérito em relação às mesmas.

10. Através da sua peça de recurso os recorrentes requereram que fosse adotada medida provisória a seu favor, fundamentando-a com a irreparabilidade ou a difícil reparabilidade dos prejuízos causados.

10.1. Que articulam da seguinte forma:

10.1.1. O aresto impugnado reconheceria que o Estado já estava a utilizar a propriedade em litígio para fins que enumeram;

10.1.2. Como resulta do referido Acórdão os recorrentes têm igualmente projetos para a implementação de empreendimentos turísticos nos referidos terrenos (p. 22) projetos que o Estado, através dos seus serviços, reconheceu como de grande importância para o turismo da Boa Vista;

10.1.3. Aliás, tais projetos teriam sido aprovados como consta de fls. 22 do mesmo Acórdão;

10.1.4. A continuação da utilização de tais terrenos para os fins referidos (“construção de estradas e vias de acesso, negociando com terceiros a alienação de lotes e parcelas”) teria como natural consequência que os projetos que os recorrentes pretendem desenvolver ficarão inviabilizados.

10.2. Como tem sido jurisprudência firme deste Coletivo, a admissão de um recurso de amparo, habilita o Tribunal a conhecer pedido de decretação de medida provisória que o tenha acompanhado ou que tenha sido colocado subsequentemente (*Acórdão 17/2017, de 31 de julho, Alexandre Borges v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1037-1040, 4. *Acórdão 24/2017, de 9 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 78, 22 de dezembro de 2017, pp. 1692-1698, 4. *Acórdão 25/2017, de 9 de novembro, Gilson Veiga v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 78, 22 de dezembro de 2017, pp. 1699-1705, 4. *Acórdão 4/2018, Atlantic v.*

Procurador-Geral da República, Rel: JCP Pinto Smedo, *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 11 de abril de 2018, pp. 484-491, III. *Acórdão 13/2019, de 8 de março, Elton Correia v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 46, 24 de abril de 2019, pp. 806-812, III. *Acórdão 15/2019, de 21 de março, Ayo Abel Obire v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 46, 24 de abril de 2019, pp. 812-820, III. *Acórdão 16/2019, de 26 de março, Paulo Ivone e outros v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 46, 24 de abril de 2019, pp. 821-828, III. *Acórdão 17/2019, de 4 de abril, Paulino Frederico v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 46, 24 de abril de 2019, pp. 829-835, III. *Acórdão 28/2019, de 16 de agosto, Leny Martins e Fernando Varela v. STJ, decisão de admissibilidade e adoção de medida provisória*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 26 de setembro de 2019, pp. 1609-1618, III. *Acórdão 33/2019, de 10 de outubro, Luís Firmino v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1796-1803, III. *Acórdão 34/2019, de 15 de outubro, Sarney de Pina v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1803-1812, III. *Acórdão 37/2019, de 15 de outubro, António Zeferino e Rafael Lima*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1828-1835, III. *Acórdão 43/2019, de 19 de dezembro, Paulo Ivone v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 14 de janeiro de 2020, pp. 142-151, III. *Acórdão 1/2020, de 31 de janeiro, Paulo Andrade v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, 3 de março de 2020, pp. 610-615, III. *Acórdão 2/2020, de 7 de fevereiro, Daniel Smedo e outros v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, 3 de março de 2020, pp. 615-621, III. *Acórdão 3/2020, de 14 de fevereiro, Joel Ermelindo e Rider Janó v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, 3 de março de 2020, pp. 621-627, III. *Acórdão 5/2020, de 6 de março, Manuel Joaquim Monteiro v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 86, 23 de julho de 2020, p. 1710-1722, III. *Acórdão 6/2020, Pedro Heleno v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 86, 23 de julho de 2020, 1716-1722, III. *Acórdão 9/2020, Adilson Staline Batista v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 86, 23 de julho de 2020, 1725-1731, III. *Acórdão 18/2020, de 12 de junho, Kevin Jorge e Leonardo da Cruz v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 86, 23 de julho de 2020, 1825-1836, III. *Acórdão 46/2020, de 5 de novembro,*

Nery Fernandes v. STJ, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 3, 12 de janeiro de 2021, pp. 82-87, III. *Acórdão 58/2020, de 27 de novembro, Gilson Vieira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 20, 19 de fevereiro de 2021, pp. 662-666, III. *Acórdão 59/2020, de 27 de novembro, Hélder Zidane v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 20, 19 de fevereiro de 2021, pp. 667-673, III. *Acórdão 61/2020, de 4 de dezembro, José Eduíno v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 20, 19 de fevereiro de 2021, pp. 679-684, III. *Acórdão 62/2020, de 4 de dezembro, Chuks Chanimba e Outros v. TRS*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, 8 de março de 2021, pp. 808-814, III. *Acórdão 63/2020, de 4 de dezembro, Chuks Chanimba e Outros v. TRS*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, 8 de março de 2021, p. 808-814, III. *Acórdão 7/2021, de 26 de fevereiro, Maria Augusta e António Carlos v. STJ, decisão de admissibilidade e adoção de medida provisória*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 57, 31 de maio de 2021, pp. 1777-1784, III. *Acórdão 8/2021, de 26 de fevereiro, Chidiebere dos Santos, decisão de admissibilidade e adoção de medida provisória*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 57, 31 de maio de 2021, pp. 1784-1789, III. *Acórdão 21/2021, de 14 de maio, Évener do Rosário v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 62, 21 de junho de 2021, pp. 1878-1883, III. *Acórdão 28/2021, de 15 de junho, Okechukwu Onuzuruibgo e Outros v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 88, 16 de setembro de 2021, pp. 2257-2264, III. *Acórdão 32/2021, de 16 de julho, Silviano dos Santos v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 62, 21 de junho de 2021, pp. 2286-2292, III. *Acórdão 50/2021, 23 de novembro, Adair Batalha v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, 22 de fevereiro de 2022, p. 314-318, III. *Acórdão 52/2021, de 2 de dezembro, Chuks Ogo Chianumba v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 5, 17 de janeiro de 2022, p. 99-105, III. *Acórdão 15/2022, de 13 de abril, Danilson Martins e Outros v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 65, 1 de junho de 2022, p. 1574-1580, III. *Acórdão 16/2022, 14 de abril, Amadeu Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 65, 1 de junho de 2022, p. 1574-1580, III. *Acórdão 19/2022, de 19 de abril, Daniel Smedo e José Lino v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 65, 1 de junho de 2022, p. 1574-1580, III. *Acórdão 27/2022, de 24 de*

junho, Gilson Vieira v. STJ, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 94, 28 setembro de 2022, p. 1916-1921, III.).

10.3. A sua apreciação depende da presença de pressupostos gerais:

10.3.1. A partir do *Acórdão 1/2019, de 10 de janeiro, Aldina Soares v. STJ, sobre violação do direito à liberdade e garantia da presunção de inocência – pedido de decretação de medida provisória*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, de 31 de janeiro de 2019, pp. 178-187, 3.1, que a adoção de medidas provisórias em processos de amparo é da competência do Tribunal Constitucional, que pode ser requerida por qualquer recorrente que tenha pedido amparo ou pelo Ministério Público e ainda pode ser decretada oficiosamente, desde o momento em que recorre, integrando a petição, até ao despacho que designa o julgamento. Reafirmando-se o mesmo entendimento no *Acórdão 6/2019, de 8 de fevereiro, Judy Ike Hills v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, de 13 de março de 2019, 500-504, 2.1, que rejeitou pedido de decretação de medida provisória feito depois da prolação da decisão.

10.3.2. Neste caso concreto, tendo o pedido para a adoção urgente de medida provisória sido apresentado ao mesmo tempo e na mesma peça em que se requereu o amparo por um suplicante de amparo e dirigido ao Tribunal, é cristalino não se suscitar qualquer questão atinente à tempestividade, legitimidade ou competência.

10.3.3. E a sua conceção depende da presença de razões especiais, nomeadamente o *periculum in mora*, pressuposto clássico dos pedidos de medidas cautelares, também foi reconhecido pela legislação processual aplicável, nomeadamente pelo artigo 11, parágrafo primeiro, alínea a) e artigo 14 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*.

10.3.4. Adotando-se o critério dos efeitos da demora da decisão final sobre os bens jurídicos protegidos, através da provocação de prejuízo irreparável ou de difícil reparação e/ ou a inutilidade do amparo, na medida em que o próprio direito do amparo previstos pelo artigo 20 da Constituição engloba o direito à eficácia das decisões de amparo (*Acórdão 24/2018, de 13 de novembro, Alexandre Borges v. STJ, sobre violação dos direitos ao contraditório, de audiência e de defesa em processo criminal, a processo justo*

e equitativo, da liberdade sobre o corpo e da garantia de presunção da inocência e do direito a não se ser discriminado, Rel: JC Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, N. 88, 28 de dezembro de 2018, pp. 2132-2153, 3.3.5; *Acórdão 27/2019, de 9 de agosto, Ayo Abel Obire v. STJ, sobre violação da liberdade sobre o corpo e da garantia de não se ser mantido em prisão preventiva por mais de trinta e seis meses*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 26 de setembro de 2019, pp. 1596-1608, 2.2);

10.4. Para se preencher essa exigência é mister que os requerentes apresentem, antes de tudo, alegações substanciadas do prejuízo irreparável ou de difícil reparação, mas, neste caso, não parece que os argumentos sejam persuasivos o suficiente para que o Tribunal decrete as medidas provisórias requeridas.

10.4.1. Os recorrentes fundam o seu pedido no facto de o aresto impugnado ter alegadamente reconhecido que a STDIBM tem vindo a utilizar os terrenos objeto do recurso para a construção de estradas e vias de acesso, negociando com terceiros a alienação de lotes e de parcelas, e que concomitantemente esses terrenos seriam utilizados em projetos a desenvolver pelos recorrentes aos quais o Estado já reconheceria grande importância.

10.4.2. Porém, não de convir que com tal encaminhamento o Tribunal não tem como sequer atestar a existência de prejuízo irreparável ou de difícil reparação, considerando que, primeiro, não se tem elementos para verificar se os terrenos nos quais se vêm construindo estradas e vias de acesso e que têm vindo a ser comercializados são os mesmos que terão sido reservados pelos recorrentes para efeitos de investimento turístico; investimentos estes que estariam consignados em projetos aprovados desde os meados dos anos noventa do século passado. Sem, no entanto, se juntar aos autos qualquer documento que pudesse demonstrar a existência de projetos efetivamente aprovados – deixando o Tribunal Constitucional, na dependência da constatação feita pelo próprio acórdão recorrido – ou de qualquer iniciativa concreta posterior devidamente documentada que os recorrentes tenham promovido na qualidade de empreendedores em termos preparatórios ou executórios. Sobretudo, numa circunstância em que parecem pôr a hipótese de serem indemnizados, o que fragiliza e muito as pretensões de irreparabilidade do dano ou a sua difícil reparabilidade.

10.4.3. O acervo argumentativo e probatório trazido aos autos pelos recorrentes em prol da fundamentação do seu pedido de adoção de medidas provisórias é manifestamente insuficiente para que esta Corte, na fase em que processo se encontra, em que se limita a fazer uma análise perfuntória da existência dos pressupostos para a adoção de medidas provisórias, atestar sequer a presença de um *periculum in mora*.

10.5. Sendo assim, nem sequer é necessário analisar se a versão limitada do *fumus bonnis juris*, na dimensão da existência do critério das razões ponderosas previstos pelo artigo 11, alínea b), da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, numa circunstância em que a existência de direito líquido e certo e de forte probabilidade de estima do recurso no mérito, nos termos do *Acórdão 1/2019, de 10 de janeiro, Aldina Soares v. STJ, sobre violação do direito à liberdade e garantia da presunção de inocência – pedido de decretação de medida provisória*, Rel: JC Pina Delgado, 4-5, ainda não podem ser afirmados. E muito menos a argumentação articulada pelos recorrentes e a escassez de elementos probatórios permitiriam a este Tribunal afastar, nos termos da lei, a prevalência do interesse público ou dos interesses de terceiros sobre os direitos dos recorrentes, critério reconhecido pelo *Acórdão 04/2018, de 13 de março, AGAM v. PGR*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N 21, de 11 de abril de 2018, pp. 484-490, III, e integrada ao juízo atinente a determinar-se a presença de razões ponderosas pelo *Acórdão 1/2019, de 10 de janeiro, Aldina Soares v. STJ, sobre violação do direito à liberdade e garantia da presunção de inocência – pedido de decretação de medida provisória*, Rel: JC Pina Delgado, 5.1.

10.6. Sendo assim, por falta de elementos para se atestar a existência de perigo na demora e de irreparabilidade do ato e por ainda não poder afirmar que se está perante direito líquido e certo que prevaleça sobre os interesses públicos em causa nesse processo, o Tribunal, no quadro dos poderes discricionários que lhe são conferidos pela lei, entende não conceder as medidas provisórias requeridas.

III. Decisão

Pelo exposto, os juízes do Tribunal Constitucional reunidos em plenário decidem:

a) Admitir a trâmite a conduta de o Egrégio Supremo Tribunal de Justiça ter, através do *Acórdão 69/2022, de 20 de dezembro*, considerado que “as sucessivas

transmissões dos prédios em litígio não tiveram o poder de retirá-los do domínio do Estado”, mesmo estando esses imóveis inscritos no registo predial, organização estabelecida e totalmente controlada pelo Estado, conduzindo ao cancelamento de todos os registos em nome dos recorrentes, conforme ordenado pelo Tribunal de Primeira Instância, por alegada lesão do direito à propriedade privada, do direito à herança e da garantia à justa indemnização em caso de expropriação;

b) Admitir a trâmite a conduta de o Egrégio Supremo Tribunal de Justiça ter, através do *Acórdão 69/2022, de 20 de dezembro*, sancionado a interpretação dada em primeira instância de que a norma do art.º 48º do Decreto n.º 47 486, de 6 de janeiro de 1967 tem natureza interpretativa e a sua eficácia se reporta ao Alvará de 18 de setembro de 1811, conduzindo ao cancelamento de todos os registos em nome dos recorrentes, conforme ordenado pelo Tribunal de Primeira Instância, por alegada lesão do direito à propriedade privada, do direito à herança e da garantia à justa indemnização em caso de expropriação;

c) Não conceder as medidas provisórias requeridas.

Registe, notifique e publique.

Praia, 29 de agosto de 2023

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 29 de agosto de 2023.

O Secretário,

João Borges